

Problemas Conceituais da Doutrina Intelectualista: Implicações para Algumas Explicações Cognitivistas

Cláudio Ivan de Oliveira^{1 2}

Universidade Católica de Goiás

Jorge M. Oliveira-Castro

Universidade de Brasília

Resumo

A doutrina intelectualista de Descartes consiste, em parte, na crença de que para que as pessoas executem adequadamente uma tarefa, elas devem antes refletir sobre as regras de bom desempenho que se aplicam à tarefa. Neste sentido, um bom desempenho em qualquer tarefa dependeria sempre da consciência, por parte do indivíduo, das prescrições para a ação, sendo *consciência* entendida como um processo interno, isento de erros quanto à sua capacidade de perceber o fluxo da vida mental, de admitir para si mesmo certas prescrições acerca do que vai ser feito. De acordo com essa interpretação da doutrina, os episódios da vida imaterial, como pensar e julgar, seriam responsáveis pelas ações, os episódios da vida material. Um dos problemas relacionados com esta doutrina intelectualista, de acordo com Ryle, é que muitas ações ditas inteligentes não são precedidas por quaisquer conhecimentos anteriores dos princípios que se lhes aplicam. Outro problema mais relevante se refere ao fato de tal doutrina gerar uma regressão teórica infinita, isto é, se ações inteligentes são necessariamente precedidas por considerações teóricas inteligentes, estas, para serem inteligentes, teriam que ser também precedidas por outras considerações teóricas inteligentes. Visto que a *psicologia cognitiva*, representada por exemplo por teorias de processamento de informação, sofreu influência da doutrina intelectualista, as críticas mencionadas podem ser também aplicadas a ela. Sugere-se que uma análise dos usos dos conceitos psicológicos na linguagem cotidiana pode ser útil para a solução de algumas dessas dificuldades conceituais.

Palavras-chave: Consciência; doutrina intelectualista; psicologia cognitiva; regressão infinita; análise conceitual.

Conceptual Problems with the Intellectualistic Doctrine: Implications to Some Cognitive Explanations

Abstract

Descartes' intellectualistic doctrine consists in part in the belief that in order for people to adequately execute a task, they first have to reflect on the rules of good performance that apply to that task. Therefore, good performance on any task would always depend on the individual's consciousness of the prescriptions for the actions, *consciousness* being understood as an internal process, free from mistakes concerning its ability to perceive the flow of mental life, of admitting for oneself certain prescriptions about what will be done. According to this doctrine's interpretation, immaterial life episodes, such as thinking and judging, would be responsible for actions, material life episodes. One of the problems related to this intellectualistic doctrine, according to Ryle, is that many of the so-called intelligent actions are not preceded by any previous knowledge of the applicable principles. Another more relevant problem refers to the fact that such doctrine may generate an infinite theoretical regression, that is, if intelligent actions are necessarily preceded by intelligent theoretical considerations, the latter, in order to be considered intelligent, would also have to be preceded by other intelligent theoretical considerations. Since Cognitive Psychology, represented for example by information processing theories, was influenced by the intellectualistic doctrine, the criticism mentioned previously can also be applied to it. It is suggested that an analysis of the uses of psychological concepts in ordinary language may be useful in solving some of these conceptual difficulties.

Keywords: Consciousness; intellectualistic doctrine; cognitive psychology; infinite regress; conceptual analysis.

A doutrina intelectualista de Descartes exerce ainda hoje grande influência na psicologia de um modo geral e especialmente na chamada Psicologia Cognitiva, quando esta utiliza teorias de processamento de informação.

Porém, a teoria dualista de Descartes gera dificuldades lógicas para a análise conceitual de termos de freqüente interesse para a psicologia como, por exemplo, consciência e inteligência. No presente artigo serão analisadas tais dificuldades lógicas sob o prisma da crítica feita por Ryle (1949/1970) à doutrina intelectualista, e em seguida será analisada a influência dessa doutrina na psicologia moderna, enfocando a psicologia cognitiva. Tentar-se-á demonstrar que as críticas de Ryle (1949/1970) à doutrina cartesiana podem ser aplicadas à psicologia cognitiva no que se refere ao modelo de processamento de informação. Vale notar que Ryle (1949/1970) não estava interessado em

¹ Durante a realização deste trabalho o primeiro autor cursava o programa de Mestrado da Universidade de Brasília, cuja dissertação serviu de base para este artigo. O primeiro autor (bolsa de mestrado) e o segundo autor (pesquisador) receberam apoio do CNPq.

² Endereço para correspondência: Rua 24, 245/604, 74030060. Fone: (61)2250017/ 2271116. E-mail: claudio.i.oliveira@bol.com.br

atacar especificamente o pensamento de Descartes, mas sim a doutrina intelectualista como se apresentou paradigmaticamente no pensamento ocidental.

A Crítica de Ryle à Doutrina Intelectualista

Ryle (1949/1970) afirma que o problema da doutrina cartesiana é de natureza lógica. Ele a define como sendo um mito, considerando que um mito não é, evidentemente, uma história de fadas. É a apresentação de fatos pertencentes a determinada categoria numa linguagem apropriada a outra (Ryle, 1949/1970). A classificação equivocada de termos como consciência e inteligência, originada pelo mito cartesiano, é devida à concepção de uma mente imaterial desvinculada de um corpo físico e, ao mesmo tempo, em interação com este, pois de acordo com a doutrina de Descartes, a alma ou mente é a responsável pela movimentação voluntária do corpo. Portanto, antes de, por exemplo, João resolver uma equação matemática em seu caderno, ocorre em sua mente todo o processo necessário para que João a resolva; e por ser a mente de fácil acesso, nenhum pormenor desse processo mental deixa de ser consciente. Os eventos que ocorrem na mente de João, o processo adequado para resolver a equação corretamente, é a inteligência.

Dizer, como fez o mito cartesiano, que uma pessoa resolve equações matemáticas corretamente porque tem inteligência é cometer o que Ryle (1949/1970) chamou de *erro de categoria*. O ataque principal de Ryle a esse erro é a sua afirmação de que, na linguagem cotidiana, muitos dos termos que descrevem a vida mental não descrevem ocorrências, mas sim conjuntos de relações. Vejamos, por exemplo, o uso do conceito de inteligência. Na linguagem cotidiana, inteligência é um *conceito disposicional* aberto para um conjunto de relações que envolvem ações que João executa, em diversos contextos, para solucionar problemas, jogar xadrez, lutar boxe, ir ao cinema, namorar e um conjunto de outras possibilidades inumeráveis. Inumeráveis porque de acordo com Ryle (1949/1970), é possível fazer quase qualquer coisa inteligentemente. Ryle chama a inteligência de conceito disposicional aberto porque ele não descreve ocorrências e sim disposições. Dizer que João é inteligente para a matemática é afirmar muitas disposições do tipo: se um problema for apresentado, então João provavelmente solucionará; se João estiver vendo alguém solucionar o problema, saberá corrigi-lo se este errar em algum passo; se João assistir uma aula de matemática de nível primário, ele ficará enfasiado. Dizer que Mário é inteligente para namorar é, como no exemplo anterior, afirmar um conjunto de disposições do tipo “se, então”: se Mário identifica que é incompatível com sua namorada, então não levará o relacionamento adiante;

se Mário pretende se aproximar de alguém, então saberá aplicar bem seu repertório de sedução nos momentos adequados; se Mário identifica uma característica em sua namorada que o incomoda, saberá ser prudente e tolerante para não perder um relacionamento que o agrade no conjunto.

Mais recentemente, Oliveira-Castro e Oliveira-Castro (2001) ressaltaram que o conceito exerce a:

função adverbial de caracterizar a maneira como as ações são executadas. Uma ação inteligente poderia ser quase qualquer ação que: a) fosse bem sucedida, seguindo critérios específicos da tarefa; b) representasse o exercício de uma determinada habilidade do indivíduo, isto é, o sucesso não foi fortuito, podendo ser repetido em situações futuras; e c) ocorresse em uma situação envolvendo algum tipo de novidade, isto é, a ação não consistiu em simples repetição de uma ação já desempenhada, o que, por exemplo, distinguiria uma habilidade de um hábito. (p. 259)

Ambas as análises de Ryle (1949/1970) e de Oliveira-Castro e Oliveira-Castro (2001) ressaltam duas características do uso do conceito compartilhadas por muitos outros conceitos psicológicos na linguagem cotidiana. Primeiramente, o conceito descreve conjuntos indetermináveis de relações entre eventos, isto é, não há necessariamente nenhuma ocorrência específica, que preencha a cláusula “se-então”, que seja necessária ou suficiente para definir o conceito. Em segundo lugar, o conceito não nomeia ou descreve nenhuma ocorrência, seja dentro ou fora do corpo, mental ou comportamental, pois ele resume e prediz relações entre ocorrências.

Na doutrina cartesiana, inteligência, bem como outros conceitos psicológicos, é interpretado como uma ocorrência interna que gera as ações de João enquanto ele resolve um problema matemático, orienta seu colega na solução do problema ou namora. Esse erro de categoria, de tratar conceitos mentais como ocorrências e não como disposições, é em parte baseado no fato de o mito cartesiano não diferenciar dois tipos de conhecimento, denominados por Ryle (1949/1970) de *saber como* e *saber que*. A diferença entre as duas formas de saber pode facilmente ser explicada em um exemplo. Quando alguém diz que João sabe jogar o jogo de damas, nós podemos verificar a veracidade da afirmação observando se João movimentar as peças adequadamente, censura alguém quando este movimentar suas peças de forma incorreta e desempenha todos os outros comportamentos apropriados para se conduzir uma partida corretamente. Mesmo se João não soubesse formular as regras do jogo de damas, nós poderíamos afirmar que ele “sabe como” jogar damas.

Porém, se João não demonstrasse nenhum dos comportamentos mencionados anteriormente, mas fosse capaz de formular as regras do jogo, não seria possível dizer que ele “sabe como”, mas sim que ele “sabe que” para jogar o jogo de damas é preciso ter o domínio dos comportamentos expressos pelas regras.

Desse modo, o mito cartesiano, ao admitir que antes de executar adequadamente uma tarefa é preciso refletir sobre as regras necessárias para executá-la corretamente, iguala o “saber como” ao “saber que”. Nas palavras do próprio Ryle (1949/1970):

Os defensores da fábula (mito) estão prontos a tentar assimilar o saber como ao saber que, argumentando que ação inteligente envolve a observância de regras ou aplicação de critérios. Segue-se que a ação que é caracterizada como inteligente deve ser precedida por um conhecimento intelectual dessas regras e critérios; isto é, a pessoa que pratica a ação deve atravessar primeiro o processo interno de admitir para si própria certas posições acerca do que deve ser feito (“máximas”, “imperativos” ou “normas de conduta”, como por vezes se lhes chamam); só então pode executar a ação de acordo com esses ditames. Deve pregar para si mesma antes de poder executar. (p. 123)

Ryle (1949/1970) afirma ainda que muitas ações ditas inteligentes não são precedidas por quaisquer proposições sobre o modo como devem ser executadas. Algumas ações inteligentes não são controladas por quaisquer conhecimentos interiores dos princípios que se lhes aplicam. Como exemplo, o autor cita o bom contador de anedotas, que sabe inventar boas piadas mas não sabe formular as prescrições que segue para criá-las.

Além disto, como ressaltado por Ryle (1949/1970), se for admitido que ações inteligentes são necessariamente precedidas por considerações teóricas inteligentes, teremos de admitir que as próprias considerações teóricas, para serem inteligentes, necessitariam ser precedidas de outras considerações teóricas inteligentes. Esta situação não teria término, gerando uma *regressão infinita*.

Outro problema para o mito é esclarecer como o indivíduo que age inteligentemente consegue chamar à sua mente a regra adequada a uma situação específica. Por que o cozinheiro chama à mente uma receita de cozinha e não uma regra moral para preparar seu prato? Ter-se-ia de dizer que para o cozinheiro agir inteligentemente, ele deve primeiro refletir sobre qual máxima é adequada à situação e qual máxima não é adequada? Em outras palavras, o problema é que cada decisão do cozinheiro exigiria uma máxima cuja própria escolha exigiria a consideração de outras regras, as quais necessitariam de considerações prévias para

serem escolhidas. Assim sendo, teríamos uma regressão infinita de considerações sobre as máximas adequadas.

Vale notar que os argumentos que Ryle (1949/1970) utiliza contra a doutrina intelectualista são do tipo redução ao absurdo. Este tipo de argumento, para Ryle (1949/1970), é próprio da filosofia (Park, 1994), consistindo em extrair paradoxos e contradições das premissas adotadas pelos interlocutores.

Após a publicação do trabalho de Ryle (1949/1970) surgiram tentativas de bloquear a *regressão ao infinito*. Ward (1991) comenta sobre a possibilidade de bloquear a regressão infinita considerando que há um conjunto de subsistemas (homúnculos) cada vez mais simples em suas capacidades, até em algum ponto não exigir mais capacidades, inteligentes ou intencionalidade. Isto bloquearia a regressão ao infinito. O problema desta tentativa de bloqueio é que ela abandona a suposição básica da doutrina intelectualista. Em última análise, não é necessária uma consideração prévia inteligente para tornar a ação inteligente, visto que, em algum ponto na regressão aos sistemas menos complexos, será encontrado um sistema não capaz de realizá-la. Deste modo, seria melhor abandonar a suposição logo de início do que tentar defendê-la adiando sua negação.

Caso o leitor se pergunte sobre por que se deter tanto na descrição de uma doutrina tão antiga, pode-se responder que o mito de Descartes tem fortes ramificações na psicologia de um modo geral e, especificamente, em áreas da psicologia como a assim chamada Psicologia Cognitiva, que usa teorias do processamento de informação. De acordo com alguns historiadores da psicologia (Ex.: D. P. Schultz & S. E. Schultz, 1992), o resgate da consciência foi parte fundamental da chamada “revolução cognitiva”.

Implicações da Doutrina Intelectualista na Psicologia Cognitiva

Parece correto afirmar que a Psicologia Cognitiva, ao adotar o modelo de processamento de informação, torna-se vulnerável aos ataques de Ryle (1949/1970). Isto fica muito claro ao considerar-se uma passagem de Best (1995), na qual este autor comenta uma crítica ao modelo do processamento de informação: “Se o processador central controla o sistema cognitivo, pode o processador central fazer isso sem algum tipo de sistema de controle dentro dele próprio? E, se é assim, esse sistema de controle dentro do processador central tem seu próprio processador central?” (p. 25).

O texto de Best (1995) lembra imediatamente o argumento de Ryle (1949/1970), qual seja, a redução ao absurdo da crença de que os homens necessitam sempre considerar regras de ação que direcionem suas ações

posteriores. Esta crença esbarra no problema de que o controlador necessitará de seu próprio controlador e este, de um outro. Desse modo, não se trata de dar uma solução, mas de adiar indefinidamente o problema.

Outro ponto interessante para a presente discussão é o problema da conceituação de *consciência* na Psicologia Cognitiva. De acordo com Eysenck (1994), o termo consciência deve ser analisado juntamente com autofoco (*self-focus*) e auto-atenção (*self-attention*):

Autofoco e auto-atenção: o conceito de eu é um dos mais antigos e mais básicos em psicologia. A palavra pertence simultaneamente ao senso de continuidade pessoal que caracteriza a personalidade de todo indivíduo, ao corpo organizado de conhecimento que todo indivíduo possui acerca de quem ele é, o que sente e acredita e a quem ele deseja ser; e ao sentimento subjetivo de estar no centro das experiências nas quais ele está envolvido. O “eu” também exibe uma curiosa e singular propriedade que tem sido chamada de reflexividade. Isto é, o eu possui a capacidade de voltar-se sobre si mesmo, de tomar aspectos de seu próprio conteúdo e seu próprio funcionamento como objeto de sua consciência. Quando uma pessoa está fazendo uso dessa capacidade reflexiva, essa pessoa está em um estado de atenção autofocalizada. (p. 315)

Na citação supra, pode-se identificar a idéia de introspecção, proveniente da doutrina cartesiana, aparecendo na capacidade reflexiva e de autofocalização do eu. Nesse sentido, autofoco seria a capacidade de atentar para as ocorrências mentais como desejar e acreditar. Um dos problemas do texto citado parece se dever ao uso de termos tais como *deseja*, *acredita* e *sente*, os quais, na linguagem cotidiana podem apresentar uso disposicional (Ryle, 1949/1970). Dizer que João deseja muito ser advogado não é dizer apenas que ele, em um momento específico, esteve a sonhar com o dia em que receberia o diploma em suas mãos. Na verdade, a frase usualmente pode relacionar-se a um conjunto grande de situações. Exemplos dessas situações são o empenho sistemático de João em seus estudos ou o fato de ver muitos filmes nos quais advogados são personagens centrais. O mesmo pode ser dito de termos como sentir, acreditar e decidir (cf. Oliveira-Castro & Harzem, 1990).

Em resumo, as descrições que as pessoas fazem de suas características podem ser tratadas como termos disposicionais e não somente como descrições de episódios mentais (autofoco). Desse ponto de vista, o termo consciência não precisa ser tratado como auto-atenção a ocorrências na própria mente, mas sim como descrições retrospectivas e preditivas, que envolvem um repertório de nível superior. Esse tratamento de autodescrições como

relatos retrospectivos evita os problemas lógicos gerados pela interpretação de autoconhecimento como introspecção (cf. Ryle, 1949/1970).

Nisbett e Wilson (1977) dão outras mostras de que o mito de Descartes tem ramificações na Psicologia Cognitiva. Esse texto, apesar de antigo, é ilustrativo de problemas que se mantêm relevantes na área (Ex.: Greenwald, 1992; Loftus & Klinger, 1992). O artigo foi selecionado para a presente discussão porque nele os autores consideram as diferenças entre a obtenção de evidência empírica de resolução de problemas sem relato dos processos utilizados na solução e posições teóricas que assumem que a resolução de problemas é precedida por processos que a direcionam. Nisbett e Wilson (1977) deixam clara a sua concordância com a tese de que há processos mentais subjacentes a todo comportamento e que, portanto, jamais estaremos aptos a explicar o comportamento se não revelarmos quais são os processos cognitivos. A seguinte passagem ilustra tal posição:

A idéia central da teoria de atribuição é que as pessoas se esforçam para descobrir as causas de respostas atitudinais, emocionais e comportamentais (seus próprios e de outros) e que a atribuição causal resultante é um determinante de atitudes e comportamentos. Portanto, por exemplo, se alguém nos diz que um faroeste é um bom filme, nossa aceitação da opinião e, possivelmente, nosso comportamento subsequente, serão determinados por nossa análise causal das razões da pessoa para a avaliação: Ele gosta de todos os filmes? De qualquer faroeste? (p. 233)

A posição dos autores suscita a seguinte questão: se as pessoas tomam decisões e fazem julgamentos como decorrência de processos cognitivos subjacentes, então porque não se pode simplesmente pedir a elas que relatem tais processos para que todos possam conhecê-los? Se os processos mentais são passíveis de infalível introspecção, como é defendido pelo mito cartesiano, dever-se-ia esperar que as pessoas pudessem descrever com muita clareza os seus processos mentais. Nisbett e Wilson (1977) admitem que não é esse o caso, e apresentam diversos experimentos mostrando que mudanças de atitudes não são sempre acompanhadas por descrições de processos cognitivos, ou seja, das ocorrências mentais que os autores admitem serem responsáveis pelas mudanças de atitude. Além disso, estímulos que influenciam o comportamento dos indivíduos em situações como de solução de problema, muitas vezes não são descritos pelos sujeitos. As próprias respostas dos sujeitos podem não ser descritas.

Para sustentar a tese de que há processos mentais subjacentes a tudo que as pessoas fazem, os autores lançam mão do que foi chamado de *visão antiintrospeccionista*. De acordo com ela, os processos mentais superiores ocorrem, mas os indivíduos não têm acesso a eles e por isso não os podem relatar. A posição dos autores está resumida no seguinte fragmento:

É proposto que, quando as pessoas tentam relatar sobre os processos cognitivos, isto é, sobre os processos que medeiam os efeitos de um estímulo sobre uma resposta, elas não o fazem com base em qualquer introspecção verdadeira. Ao invés disso, seus relatos estão baseados em teorias causais implícitas e *a priori*. (p. 231)

Desta forma, os autores apresentam uma versão moderna do dogma do fantasma na máquina (termo usado para se referir ao dualismo cartesiano). Se os processos mentais subjacentes não são relatados, é porque não há introspecção. Se os relatos verbais eventualmente parecem plausíveis, isto deve-se a “teorias *a priori*”. O fantasma continua ditando o que a máquina faz, mas ninguém vê sua atividade. As ocorrências mentais estão lá, mas não somos conscientes delas. Vale notar que a discussão acerca de processos mentais inconscientes, não acessíveis à introspecção, é antiga na Psicologia. De acordo com Moura e Correa (1997), Wundt admitiu que pensar envolve processos não conscientes, envolvendo um conjunto de premissas inconscientes que compõem o raciocínio. Só em nível consciente equivale a julgamento. Assim sendo, Wundt colocou uma interdição metodológica ao estudo experimental e introspectivo do pensamento. Outro exemplo é o conceito de inferência inconsciente de Helmholtz. De acordo com Moura e Correa (1997) e Vygotsky (1999/1982), Helmholtz formulou este conceito para descrever raciocínios inconscientes que corrigem a percepção humana, permitindo a percepção ortoscópica. Todas essas posições parecem trabalhar com o pressuposto de que a formulação de premissas, ou de raciocínios, precede a ação. Se não podem ser relatadas na introspecção do sujeito, ocorrem inconscientemente.

A proposta de Nisbett e Wilson (1977), citada na passagem acima, além de não escapar dos argumentos de redução ao absurdo formulados por Ryle (1949/1970), apresenta outros problemas. Primeiramente, a posição de Nisbett e Wilson (1977) é irrefutável. Qualquer resultado experimental seria compatível com a teoria. Havendo ou não relatos verbais considerados plausíveis pelos experimentadores, a teoria estará sempre de acordo com os resultados. Vale notar que Eysenck e Keanne (1994)

admite que não se pode verificar a ocorrência de processamento inconsciente.

Além disto, Nisbett e Wilson (1977) não consideram que a ausência de relatos verbais acerca de processos mentais subjacentes aos julgamentos, ou solução de problemas, indica que tais processos nem sempre ocorrem ou, em alguns casos, deixam de ocorrer (Oliveira-Castro, 2000; Oliveira-Castro & Harzem, 1990). A tentativa de preencher o espaço de tempo entre o estímulo e a resposta parece ser responsável pela incansável busca da Psicologia pelos eventos mediadores. Quanto maior o tempo decorrido entre o estímulo e a resposta, maior a probabilidade de se propor eventos mediadores que preencham tal espaço de tempo e expliquem a influência do estímulo sobre a resposta. No entanto, essa tentativa é logicamente insustentável, visto que qualquer espaço de tempo entre estímulo e resposta, por menor que seja, pode ser infinitamente dividido. Assim sendo, nunca cessaria a busca pelos eventos mediadores (cf. Oliveira-Castro, 1993, 2000). Vale notar que Nisbett e Wilson (1977), na medida em que fecharam questão com o modelo do processamento de informação, não podem admitir tal interpretação. Seu posicionamento obriga-os a salvaguardarem, a qualquer custo, a ocorrência de processos mentais que antecedem todo comportamento.

Em resumo, a presente análise sugere que o uso de termos mentais como ocorrências mediadoras gera dificuldades conceituais intransponíveis. Dentre elas, a regressão ao infinito e a proposição de teorias irrefutáveis. Uma solução para este problema é a utilização dos conceitos mentais como termos disposicionais hipotéticos. Trabalhando desta forma as teorias psicológicas poderiam evitar os problemas conceituais referidos nesta sessão. Esta proposta tem sido desenvolvida por Oliveira-Castro (2000), onde o autor compara o uso cotidiano, metafórico e negativo, com o uso técnico, positivo, da expressão “fazer na cabeça”. De acordo com o autor as teorias psicológicas ganhariam em tratar a expressão “fazer na cabeça” como relacionada a situações em que respostas deixam de ocorrer. É o caso de uma pessoa que consegue, após algum treino, digitar o número de um telefone sem consultar a agenda. Uma das vantagens do uso cotidiano da expressão “fazer na cabeça” é que chama a atenção dos pesquisadores para investigar as condições para que determinadas respostas deixem de ocorrer.

Há um problema a ser considerado quanto à proposta de uso dos conceitos mentais como disposicionais hipotéticos nas teorias psicológicas. O problema é que esta alternativa é incompatível com os postulados da doutrina intelectualista e, portanto, com o postulado presente nas teorias cognitivas de processamento de informação. Este postulado indica que os conceitos mentais são as ocorrências mediadoras

sem as quais não se pode entender as reações do organismo. Assim sendo, mudar o uso dos conceitos mentais neste sistema implicaria mudar seus postulados. Em síntese, significaria mudar o sistema. Não se trata de uma mudança periférica e trivial, mas fundamental. Assim sendo, estabelece-se um impasse para as teorias cognitivas de processamento de informação. Manter o postulado implica gerar os problemas conceituais referidos acima. Mudar o postulado implica violentar as bases do sistema. O tratamento deste problema, de forma mais aprofundada, exigiria um desvio dos objetivos mais limitados do presente artigo. Limita-se aqui a apontar a dificuldade.

Como conclusão final, pode-se dizer que o presente texto pretendeu chamar a atenção para a importância da análise conceitual, como instrumento de identificação de dificuldades e alternativas de soluções. Tentou-se demonstrar a relevância do argumento de Ryle (1949/1970), em sua análise sobre a doutrina intelectualista, para discussões atuais da Psicologia. Com base nas análises apresentadas, conclui-se que o uso cotidiano disposicional aberto dos conceitos mentais pode, em muitos casos, ser uma alternativa para as teorias psicológicas, no sentido de evitar os problemas conceituais decorrentes dos usos teóricos aqui discutidos. Uma possível solução para os problemas decorrentes do uso de conceitos abertos (i.e., indetermináveis) talvez fosse a adoção de conceitos disposicionais mais restritos, fechados, cunhados com expressões técnicas (cf. Castro, no prelo; J. M. Oliveira-Castro & K. M. Oliveira-Castro, 2001).

Referências

- Best, J. B. (1995). *Cognitive Psychology* (4ª ed.). Minneapolis: West Psychology.
- Castro, K. M. (no prelo). The relativity of "intelligence" in Psychology and its adverbial function in ordinary language. *Behavior and Philosophy*.
- Eysenck, M. W. (1994). *The Blackwell dictionary of cognitive psychology*. Blackwell.
- Eysenck, M. W. & Keanne, M. T. (1994). *Psicologia cognitiva* (W. Gessier & M. H. Gessier, Trans.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1991)
- Greenwald, A. G. (1992). Unconscious cognition reclaimed. *American Psychologist*, 47(6), 766-779.
- Loftus, E. F. & Klinger, M. R. (1992). Is the unconscious smart or dumb? *American Psychologist*, 47(6), 761-765.
- Moura, M. L. S. & Correa, J. (1997). *Estudo psicológico do pensamento*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Nisbett, R. E. & Wilson, T. D. (1977). Telling more than we can know: Verbal reports on mental processes. *Psychological Review*, 84, 231-259.
- Oliveira-Castro, J. M. (1993). "Fazer na cabeça": Análise conceitual, demonstrações empíricas, e considerações teóricas. *Psicologia USP*, 4, 171-202.
- Oliveira-Castro, J. M. (2000). The negative function of "doing in the head" and behavioristic interpretations of private events. *Mexican Journal of Behavior Analysis*, 26, 1-25.
- Oliveira-Castro, J. M. & Harzem, P. (1990). Level of aspiration and the concept of goal. *Mexican Journal of Behavior Analysis*, 16, 41-53.
- Oliveira-Castro, J. M. & Oliveira-Castro, K. M. (2001). A função adverbial de "inteligência": Definições e usos em psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17, 257-264.
- Park, S. M. (1994). Reinterpreting Ryle: A nonbehavioristic analysis. *Journal of the History of Philosophy*, 32, 265-290.
- Ryle, G. (1970). *O conceito de espírito* (M. L. Nunes, Trad.). Lisboa: Moraes. (Original publicado em 1949)
- Schultz, D. P. & Schultz, S. E. (1992). *História da Psicologia moderna* (5ª ed.). São Paulo: Cultrix.
- Vygotsky, L. S. (1999). *O desenvolvimento psicológico na infância*. (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1982)
- Ward, A. (1991). Wittgenstein and homuncular psychological explanations. *Manuscrito*, XIV(2), 31-47.

Recebido: 03/01/2002

1ª revisão: 09/06/2002

Última revisão: 23/09/2002

Aceite final: 25/09/2002

Sobre os autores

Cláudio Ivan Oliveira é Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Goiás.

Jorge M. de Oliveira-Castro é Professor do Departamento de Processos Psicológicos Básicos do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.